



SUBCOMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DO MÁRMORE E GRANITO

Data: 10 de dezembro de 2009

Hora: 9h às 16h

Local: FUNDACENTRO/MG

PRESENTES: Bancada do Governo: Mário Parreiras de Faria (SRTE/MG e Coordenador), Giuseppe Vincenzo De Lorenzo (DNPM/MME), Ivone Corgosinho Baumecker (SRTE/MG)

Bancada dos Trabalhadores: Jair Alves Miranda (CUT/SINDIMÁRMORE/ES), José Carlos do Vale (METABASE/Congonhas) **Bancada dos Empregadores:** Henrique Nelson Ferreira (SINDIROCHAS/FINDES/CNI) Romildo Ribeiro Tavares (SINDIROCHAS/FINDES/CNI), Hermano Gomes Machado (IBRAM/CPNM).

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: José Geraldo Aguiar (Fundacentro/ES).

ASSESSORES CONVIDADOS: José Renato Passamani (Assessor SINDIROCHAS) e Atilio Travaglia (SINDIROCHAS/ES)

Lista de Presença: Anexa:

O Coordenador da CPNM deu as boas vindas a todos e dando início à reunião leu a pauta: 1. Alternativas ao uso do equipamento denominado “pau de carga” e 2. Propostas de alteração do Anexo I da NR-11. Mário resumiu os dados das ações fiscais realizadas no Norte e Sul do Espírito Santo, Leste, Sul e Centro-Oeste de Minas em empresas de mármore e granito, quartizito e ardósia pelo grupo de auditoria estratégica constituído pelo DSST. Passada a palavra para o Sindirochas, Henrique Nelson enfatizou que a demanda principal da entidade é a elaboração de uma norma regulamentadora específica para as pequenas minerações e não apenas um manual de referência da NR-22 para as empresas menores, uma vez que entende que a NR se aplica à mineração subterrânea e às grandes minerações. Outra demanda da entidade é a revisão do Anexo I da NR-11 para atender à evolução dos processos de preparação de chapas e à falta de parâmetros para o treinamento da movimentação de blocos de rochas. Quanto ao “pau de carga” enfatizou que é necessário criar alternativas a seu uso considerando a heterogeneidade das empresas, principalmente as de pequeno porte, e não a sua supressão. José Renato relatou que há muitos problemas na utilização do pau de carga e que é tecnicamente possível a construção de equipamentos seguros e que o problema principal está no treinamento dos operadores. Jair Miranda lembrou que no Espírito Santo foi constituído um grupo de trabalho para estudar alternativas ao uso ou formas de regulamentação do equipamento. Indagou sobre as formas de controle da adequação do equipamento e do treinamento, enfatizando que muitas empresas não cumprem o treinamento e que o Sindicato não tem a intenção de inviabilizar empresas e que o grupo de trabalho constituído de trabalhadores e empregadores deve ter acesso às empresas para verificar as condições de trabalho e o cumprimento da legislação. Giuseppe ressaltou que tanto na NR-22 quanto nas normas regulamentares do DNPM a questão do “pau de carga” não está clara o que motivou a exigência de laudo técnico sobre o equipamento durante as ações fiscais e que nem todas empresas apresentam o referido laudo. Relatou que algumas empresas têm utilizado guinchos ou mesmo trator de esteira para

movimentação de blocos. José Renato informou que algumas empresas possuem o laudo técnico, porém não implementam suas recomendações. Romildo se posicionou no sentido de buscar a normatização do equipamento e que a fiscalização e as denúncias do Sindimármore ajudam na melhoria das condições de trabalho e que muitas situações têm que ser adaptadas às circunstâncias e ressaltou que o grupo de trabalho constituído no Espírito Santo voltasse a funcionar. Hermano Machado opinou que uma forma de equalizar as grandes e pequenas empresas é a análise de riscos das tarefas em cada empresa, pois esta é uma ferramenta que vem se mostrando eficaz nas empresas que implantam o Programa de Gerenciamento de Riscos e que é o balizador das ações de avaliação e as medidas de controle de riscos e evitaria interpretações pessoais durante as fiscalizações. Relatou que dentro da proposta do IBRAM de apoio às ações de gestão de risco nas empresas poderiam ser selecionadas situações específicas no setor de rochas ornamentais. José Carlos ressaltou que deve existir um documento claro do que deve ser realizado no setor, mas que é importante compreender a organização do processo produtivo e o que pensa o pequeno produtor que geralmente está inserido dentro de um processo maior do processo de produção. Enfatizou que as empresas menores poderiam se consorciar para contratação de técnicos capacitados e responsáveis ou mesmo de equipamentos que seriam compartilhados. Henrique Nelson lembrou que no momento se está discutindo um novo marco regulatório do setor mineral que poderia definir quem tem a capacidade de ser minerador, evitando que o setor tenha empresas sem condições de exercer a atividade. Giuseppe relatou que o Judiciário tem pressionado os órgãos de fiscalização e determinando punições para estes órgãos e para as empresas. Solicitando a palavra o Senhor Atílio Travaglia disse que o setor ficou sem regras durante muito tempo o que levou as situações inadequadas decorrentes de situações do passado e que houve muitas dificuldades do DNPM se estruturar com a constituição de corpo técnico e diretivo estável. Informou que está em andamento uma resolução do CONTRAN sobre transporte de blocos e chapas em rodovias e forneceu cópia de proposta de resolução. Quanto ao Anexo I da NR-11 Henrique Nelson relatou que é necessário discutir os itens 4.1, referente a cavaletes verticais no sentido de se modificar o espaçamento entre chapas e o item 2.1 no sentido de definir de forma clara a carga horária do treinamento. Hermano Machado ressaltou que a carga horária do treinamento deveria ser adaptada à análise de riscos. Mário Parreiras propôs encaminhar aos membros da Subcomissão uma proposta de relação de exigências constantes na NR-22 aplicáveis ao setor de rochas ornamentais e que poderia ser transformada em recomendação da Subcomissão. Finalmente ficou acertada que a os temas a serem discutidos na próxima reunião da CPNM seriam os itens 4.1 e 2.1 do Anexo 1 da NR-11, cuja proposta de modificação será encaminhada pelo Sindirochas, sendo que Hermano Machado se encarregou de apresentar na próxima reunião um exemplo de Análise Preliminar de Riscos. Também ficou decidido que no ano de 2010 a Subcomissão se reunirá a cada 2 meses nas segundas quartas-feiras, sendo que a próxima reunião ocorrerá no dia 24 de fevereiro de 2010. Não tendo mais a ser discutido encerrou-se a reunião, sendo lavrada a presente Ata, pelo Coordenador da Subcomissão, que será encaminhada por meio eletrônico aos membros da Comissão para aprovação.